

## A BELLE ÉPOQUE CARIOCA SOB SUSPEITA NA OBRA DE LIMA BARRETO

Fátima Maria de Oliveira (CEFET/RJ)

**RESUMO:** o objetivo do presente artigo é avaliar o modo como questões complexas do período da chamada *Belle Époque* carioca, foram abordadas pela escrita militante de Lima Barreto em cartas enviadas aos amigos e anotações pessoais em cujo conteúdo faz menções às reformas urbanas e de costumes do Rio de Janeiro dessa “bela época”. O Rio da passagem do século não era apenas a capital administrativa, mas também o efervescente centro cultural. Extremamente atento às mudanças por que passava a cidade, Lima Barreto, com seu olhar satírico, radiografa os valores e hábitos da intelectualidade laureada e da elite econômica carioca, contrastando-os com comportamentos e desejos das camadas pobres da população e de uma intelectualidade “menor”, periférica, as quais eram silenciadas e excluídas dos benefícios e vantagens da modernidade carioca. A *Belle Époque* carioca está estreitamente identificada com o país que ressurgiu com Campos Sales e prossegue com o presidente Rodrigues Alves (1903-1906), quando o Rio de Janeiro passa por reformas urbanas estruturais e saneadoras projetadas pelo engenheiro e então prefeito Pereira Passos. A inauguração da Avenida Central em 1905 e a finalização da construção de seus edifícios em 1910 conferem à Capital Federal uma vitrine da Civilização; no entanto, as mazelas do atraso da realidade colonial com as marcas indeléveis do passado escravocrata pulsavam sob o dinamismo moderno da Metrópole, em constante contraponto, que constitui tema central das reflexões empreendidas por Lima Barreto em sua obra sobre a relação entre tradição e modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Belle Époque*. Lima Barreto. Rio de Janeiro. reformas urbanas

O período que ficou conhecido nos estudos históricos e culturais, no Brasil, como *Belle Époque*, abrange o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. A cidade do Rio de Janeiro era o espaço por excelência onde se configurou e instaurou com mais vigor o imaginário da chamada *Belle Époque*. A capital da recente República tornou-se o palco onde se encenava o espetáculo de imagens cosmopolitas e também onde variados aspectos da vida social e política manifestavam sua vocação para o espírito de vanguarda em curso na Europa. A produção artística da cidade do Rio de Janeiro, segundo o escritor Aluísio Azevedo, vivia uma

conjuntura em que a elite letrada mostrava-se arrebatada pela “corrente elétrica de ideias que jorra na França” (Aluísio Azevedo apud SEVCENKO, 2003, p. 98).

A inovação técnica invade o estilo de vida urbano e o Rio passará, em pouco tempo, de uma “aldeia comedida”, segundo expressão de João do Rio, à urbe cosmopolita, marcada pela dinamização dos transportes públicos e pela velocidade dos automóveis e pela magia das imagens, em especial, aquelas que se movimentavam na tela do cinema.

A “aldeia comedida” é herança do passado colonial, do governo monárquico, da sociedade escravocrata, e representa o atraso; enquanto a cidade moderna é resultado da expansão da economia industrial, da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, capitaneados pela elite da burguesia republicana, cuja exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, dispostos a fazer valer a modernização a qualquer custo.

A ilusão de que tudo se resolveria com a reforma institucional da Primeira República levou o novo regime a consolidar-se em uma atmosfera de euforia e ostentação, sustentada pelo clima geral de otimismo e confiança ilimitada da Europa e dos Estados Unidos no crescimento econômico:

De meados dos anos 1890 até a Grande Guerra, a orquestra econômica global tocou na clave maior da prosperidade... O enriquecimento baseado no crescimento explosivo dos negócios formou o pano de fundo do que se tornou conhecido como “os belos tempos” (*Belle Époque*) (Hobsbawm apud SEVCENKO, 1998, p. 34).

Os chamados “belos tempos” têm em Paris a capital cultural do mundo. Paris é o ícone por excelência da metrópole moderna. No Brasil, ainda não dispúnhamos de uma cidade em que fosse possível recriar o espaço psíquico próprio dessa capital europeia e dar vazão ao pleno anseio pela modernidade. Caberia ao Rio de Janeiro, sede do governo e maior porto do país, desempenhar esse papel de cidade-modelo europeia nos trópicos. A então capital da República torna-se para o país o centro irradiador das grandes transformações em marcha pelo mundo: “O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima” (SEVCENKO, 2003, p. 522).

A gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) dá início a um vasto programa de reforma urbana e saneamento da capital cuja culminância ocorreria em 1920 com a demolição do Morro do Castelo, na gestão do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), para os preparativos da Exposição Internacional pelo Centenário da Independência que aconteceria em 1922. O engenheiro Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito, por Rodrigues Alves, para dar à capital um perfil moderno, modelado com base nas grandes capitais europeias e, em particular, no exemplo da cultuada Paris. Tem início o processo conhecido como Regeneração do Rio de

Janeiro, cujo símbolo máximo ficou sendo a Avenida Central, inaugurada em 1905, mas cuja finalização da construção de seus edifícios se deu em 1910. A Avenida Central inspirada no planejamento dos bulevares parisienses, torna-se a nossa vitrine do progresso, a qual nos garantia um lugar entre as nações civilizadas. A Avenida introduzia na capital a atmosfera cosmopolita pretendida pela nova burguesia republicana, e seu caráter suntuoso contrastava com a população pobre, segregada e dispersa pelas ribanceiras íngremes da cidade em barracos de lata ou madeira.

Em crônica satírica sobre a República da Bruzundanga, do ano de 1917, o escritor Lima Barreto cria um país imaginário e ficcional, que muito lembra o Brasil republicano, em que o governante local modifica radicalmente o aspecto da capital e, com empréstimos obtidos no estrangeiros para a realização das obras, pôs as velhas casas abaixo e de uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surge dos escombros “como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia” (BARRETO, 1961a, p. 106). O aspecto cenográfico da cidade será reiterado por Lima em crônica de 1921, em que irônica e alegoricamente compara o governo republicano ao governo dos sultões asiáticos, considerando a suntuosidade dos projetos arquitetônicos observados nesses dois modelos de administração pública:

Não há dúvida alguma que o embelezamento das cidades sobreleva as questões de higiene e de assistência que elas também reclamam. É isto que se tem visto em toda parte, principalmente nas capitais de tiranos asiáticos, onde se erguem monumentos maravilhosos de mármore e ouro, de ônix e porcelana, de ouro e jaspe, em cidades que não têm água nem esgoto e o grosso da população habita choupanas miseráveis.

Com o advento da democracia nos países de origem europeia, especialmente no nosso, depois da proclamação da república, essa regra asiática tem sido mais ou menos obedecida, com o caráter cenográfico, que nos é próprio. (BARRETO, 1961b, p. 103)

Esse comentário com que abre a crônica tem origem na leitura de diferentes notícias em dois grandes jornais cariocas, *O Jornal* e *O Dia*. O primeiro lamentava “que a municipalidade ainda não houvesse levado a efeito, a construção de um *stadium*, no Leblon”. O cronista ironicamente se solidariza com o lamento do jornalista sobre o abandono de tão grandioso projeto e imediatamente transcreve o trecho de notícia do segundo jornal lido, na mesma semana, cujo conteúdo contrasta fortemente com a notícia anterior. Lima transcreve na crônica o seguinte trecho do jornal *O Dia* sobre as habitações improvisadas no morro do Salgueiro e do Nheco. Nesses morros

encontram-se extensos aldeamentos de casas construídas com folhas de latas de gasolina, ripas de caixas de batata e caixões de automóveis.

Por essas barracas, que seria impossível de qualificar de casebres, porque nelas nenhum homem rico abrigaria o seu cão de estima, cobram-se 30\$ a 50\$000 por mês e até mais. (BARRETO, 1961c, p. 104)

O projeto de construção de um estádio no Leblon que ainda não havia saído do papel, segundo a notícia lida, leva Lima a concluir que os arquivos da prefeitura devem

regurgitar de planos de prados, coliseus, frontões, boliches, teatros, palácios, etc., etc. Entretanto, ela não presta atenção nos meios de enfeitar e emporcalhar mais a Favela, embora os seus propósitos de embelezamento de Copacabana e arredores peçam logicamente, de acordo com a sua doutrina calcutaense, a transformação daquele e outros morros que circundam a cidade, na coisa mais repugnante deste mundo. (BARRETO, 1961c, p. 104)

O processo de “Regeneração” do Rio de Janeiro, calcado na ideia do “bota-abaixo”, afetou toda a população, mas de maneira desigual, acentuando a cisão social que se instaurava como efeito constitutivo da nova ordenação republicana. Enquanto alguns ascendiam na escala social e se beneficiavam da reforma urbanística, outros eram expulsos para os morros e cortiços, segregados e identificados como foco de problemas que ameaçavam a cidade moderna, tais como epidemias, sujeira, ócio, criminalidade, ignorância e “cultura primitiva”. As reformas eram calcadas em crenças e fantasias acerca da civilização através da europeização, mas traziam em si uma negação de antigas tradições, bem como uma condenação de aspectos raciais e culturais da realidade nacional, associadas pela elite a um passado colonial que deveria ser ultrapassado em nome do progresso e da rigorosa ordenação social.

A família de Lima Barreto fazia parte desse passado colonial que deveria ser excluído da agenda republicana e, por isso, o escritor se insurge contra as reformas urbanas que expulsavam do centro do Rio aqueles que não faziam parte do projeto civilizatório, em moldes europeus.

No ano de 1902, quando se inicia o chamado processo de Regeneração da cidade, vamos encontrar o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto, aluno do Curso de Engenharia da Escola Politécnica do Largo de São Francisco, o qual iria abandonar no ano seguinte, por conta da doença do pai e das sucessivas reprovações na cadeira de Cálculo. Tendo de arcar com a responsabilidade da família, Lima faz concurso para a Secretaria de Guerra, na qual ingressa em outubro de 1903 no cargo de amanuense. Foi também nesse ano que Lima Barreto e sua família vão morar no subúrbio de Todos os Santos, onde os alugueis eram mais baratos. Ainda que fizesse um esforço para adaptar-se à rotina de funcionário público de uma Secretaria do Estado, Lima não consegue se integrar àquele ambiente e procura no jornalismo dar vazão ao seu talento de escritor. Indicado por amigos, colabora em jornais e revistas de pequena circulação até conseguir ingressar no jornalismo profissional, escrevendo reportagens no *Correio da Manhã*, o famoso jornal do poderoso empresário da imprensa, Edmundo Bittencourt. É no *Correio da Manhã* que Lima irá publicar sem assinatura a série de 22 reportagens em torno

das escavações dos subterrâneos do morro do Castelo, ao tempo em que eram concluídas os trabalhos de abertura da Avenida Central, na altura da praia de Santa Luzia. À reportagem sobre as escavações que a Prefeitura realizava no Morro do Castelo, Lima Barreto incorporou a narrativa folhetinesca *D. Garça* ou *O que se passou em começos do século XVIII, nos subterrâneos dos Padres da Companhia de Jesus, na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, a mui heroica, por ocasião da primeira invasão francesa ao mando de Clerc*.<sup>1</sup> A veia satírica e irônica de Lima Barreto já se anunciava nesta publicação e irá se confirmar no ano de 1909, quando publica o *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, seu primeiro livro, no qual irá caricaturar “os mandarins das letras e da grande imprensa” com os quais conviveu no *Correio da Manhã*. A estreia de Lima Barreto como autor do *Isaías Caminha* reveste-se de escândalo e desagrado e irá incompatibilizá-lo com a grande imprensa da época, fazendo-o optar por revistas e jornais de menor expressão, nos quais pudesse criticar abertamente fatos e personagens que, segundo ele, não trabalhavam para tirar o país do atraso em que se encontrava, apesar de toda a aparência de modernização. Segundo o jornalista Figueiredo Pimentel, autor da coluna jornalística *O Binóculo*, da *Gazeta de Notícias*, o “Rio civiliza-se” a partir de todas as obras de reforma do espaço urbano e dos comportamentos sociais. A população do Rio assistia à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões importados de Paris.

Proponho, neste artigo, apresentar alguns trechos de cartas e anotações pessoais de Lima Barreto em que o jovem escritor, recentemente incorporado à Secretaria de Guerra como funcionário público, coloca sob suspeita em seus aspectos políticos, econômicos e culturais a chamada “Regeneração” da cidade e do modo de vida de seus habitantes.

Começo por duas anotações do *Diário íntimo*, nas quais Lima se manifesta sobre as mudanças urbanas e a resistência dos moradores diante do que consideravam arbitrariedades dos administradores republicanos. A primeira é do ano de 1904 e versa sobre a famosa Revolta da Vacina. Nessa anotação, Lima desconstrói a imagem de passividade do povo carioca diante dos desmandos da República, recentemente “imposta” pelos militares. Anota ele, nessa página pessoal:

Durante as masorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte curiosa cousa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz que os oposicionistas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente.

---

<sup>1</sup> Esta série de reportagens foi editada, como livro, em 1997: *O subterrâneo do morro do Castelo*. Um folhetim de Lima Barreto, com organização, introdução e notas de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Dantes, 1997

Essa masorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar.

Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortés, se convenceu de que eles também eram mortais. (BARRETO, 1961c, pp.47-48)

A anotação coloca em relevo a aversão de Lima Barreto pelos homens fardados com os quais ele era obrigado a conviver no seu dia a dia na Secretaria de Guerra e dos quais temia sobretudo a violência. Segundo Lima, o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) era de “tronco e bacalhau”. A violência do governo republicano faz Lima declarar em anotação pessoal o temor que sente de ser atingido pelas forças policiais e cerca-se de cautela ao esconder as anotações que vai fazendo dos acontecimentos políticos testemunhados. Eis a nota de 1904 sobre o estado de sítio instaurado na cidade:

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobretudo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos. (BARRETO, 1961c, p. 49)

O governo republicano nada mais faz do que dar continuidade à história violenta do Brasil dos latifúndios hereditários e escravocratas. Os cidadãos republicanos que discordam do regime são tratados como vagabundos com a anuência do patriarca-presidente, presos nas masmorras da ilha das Cobras, surrados e deportados. Silenciados e excluídos são os escravizados dos novos tempos.

A outra anotação que vou citar é interessante pelo cruzamento de imagens da figura feminina retocada pela maquiagem e realçada pela toilette com a imagem da cidade em franco processo de remodelação e embelezamento. A nota traz data de 27 de janeiro de 1905 e foi escrita durante o horário de trabalho do funcionário público Lima Barreto, na Secretaria de Guerra.

Ontem ao sair da secretaria, passei pela Rua do Ouvidor e não vi a Palhares. Acho-a curiosa por causa do mestiçamento que nela há, disfarçado pelos cuidados meticulosos da toilette: perfumes, pomadas, pós, etc. Isso aborreceu-me mais do que estava aborrecido e na botica tive sono. Saí e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo

que resta de beco da Rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela Rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o Largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será uma aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo.

Cá estou na secretaria; o barão, em frente, vigia-me por cima dos livros que acumulei nas minhas vendas.

O dia vai correr e eu vou trabalhar um tanto. (BARRETO, 1961c, pp. 91-92)

O tédio do trabalho sem interesse na Secretaria é contornado pela escrita das experiências pessoais do dia anterior, quando circulou pela cidade que lhe pareceu “outra” por causa das transformações. A descrição da geografia das ruas é acompanhada por uma perspicaz observação sobre a necessidade de que as mudanças se façam acompanhar por um “surto industrial e comercial”, pois do contrário a cidade terá belos prédios e avenidas, mas não passará de uma “aldeia pretensiosa”. A beleza da cidade, segundo Lima, encontra-se justamente nos contrastes --- bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico – que estão sendo eliminados em nome da artificialidade da recriação de uma Paris nos trópicos. Do mesmo modo que a elegante Palhares ao exibir-se no *footing* da Rua do Ouvidor, em um passeio que os cronistas da época tratavam como o “desfile das encantadoras”, disfarça seu mestiçamento com pó e pomadas, o Rio vai sendo maquiado e revestido de toilettes elegantes que lhe roubam a identidade também construída ao longo do tempo por meio do mestiçamento, cujo apagamento vem sendo cuidadosamente arquitetado pelo governos republicano e suas elites.

Na correspondência de Lima Barreto, temos duas cartas em que ironicamente coloca sob suspeita um possível resultado promissor das reformas urbanas da capital. Ambas são escritas a amigos que se encontravam no exterior: um deles, na França e o outro, nos Estados Unidos. Ao amigo Mário Galvão que estava em Paris, Lima dá notícias, em carta de 1905, sobre a inauguração da Avenida Central. Diz ele:

[...] Ontem inaugurou-se a avenida. Está bonita; cheia de canteirinhos, candelabros, etc.; mas os edifícios são hediondos. Não que sejam feios, ao contrário, são garridos, pintadinhos, catitas; mas lhes falta, para uma rua característica de nossa pátria, a majestade, a grandeza, acordo com o local, com a nossa paisagem solene e mística. Calculas tu que na cidade do granito, na cidade dos imensos monólitos do Corcovado, Pão de Açúcar, Pico do Andaraí, não há na tal avenida-montra, um edifício construído com esse material. Choveu a mais não poder, assim mesmo ela esteve cheia, de tropa e de povo. (BARRETO, 1961d, p. 134)

A beleza dos edifícios, na avaliação de Lima, é artificial, porque não combina com o que ele considera a grandeza e solenidade da paisagem local: as montanhas de granito que a circundam.

Para ele, é inconcebível que os prédios não apresentem em sua construção e decoração o granito que distingue a paisagem da cidade. A avenida Central é apenas uma “avenida-montra” em que se faz presente a demonstração de força militar e capitalista.

Também em carta ao ex-colega da Escola Politécnica, Otávio Augusto Inglês de Sousa, que estava nos Estados Unidos fazendo um curso de especialização em engenharia, Lima comunicará as reformas do Rio, mais uma vez demonstrando seu ceticismo em relação ao modo como as reformas estão se processando. Na carta de março de 1906, dirá ao amigo:

O Rio, como mais ou menos deves adivinhar, continua na senda do progresso, e velozmente! O governo, conhecendo que é uma falta grave à nossa cidade, a falta de um rio que o corte, como acontece em Paris, Londres, com as primeiras capitais europeias, enfim, cujo efeito estético ninguém discute, pretende desviar o curso do Paraíba para a nossa baía. Os estudos ainda não estão feitos; mas a comissão já está indicada e já se fala nas indenizações. Escusado é dizer-te que ambiciono um lugar na sobredita comissão. Falei a respeito ao genial Frontin, levando uma recomendação do Alcindo (Guanabara), que é agora o centro coordenador de todas as nossas forças nacionais, quer literárias, artísticas, científicas e industriais... É o chefe, tu sabes. (BARRETO, 1961d, p. 146)

Neste trecho da carta, Lima satiriza o artificialismo das mudanças, a mania das comissões, as falcatruas das indenizações, cujos valores superfaturados favoreciam os proprietários, e os apadrinhamentos políticos, cujo funcionamento manifesta-se pelas “recomendações”, tão ao gosto da política patrimonialista dos “favores”.

Em outra carta de junho desse mesmo ano, escrevendo a esse mesmo amigo, Lima mostra-se ainda mais ferino em seus comentários sobre as reformas da cidade, quando diz:

Conforme o meu programa, continuarei a te mandar notícias dos embelezamentos da nossa cidade.

O desvio do Paraíba – exigência estética das grandes capitais – continua em estudos, isto é, está ao cargo de uma comissão de trinta engenheiros que refletem sobre o problema em Petrópolis, nos seus clubs elegantes e nas suas soirées afetadas. Fala-se agora na importação de ladrões hábeis. O Rio, como tu sabes, a esse respeito é de uma vulgaridade espantosa, e uma grande capital que se preza não pode dispensá-los. O nosso Chefe de Polícia é um reformador. É justo o que pensa este funcionário. Avenidas, boulevards, parques, teatros, palácios, Paris enfim, sem *escrocs* geniais, não se compreende! (BARRETO, 1961d, pp. 149-150)

A urbe higiênica, bela e ordenada não poderia prescindir de um rio que a equiparasse esteticamente às capitais europeias, nem tampouco de ladrões que deveriam ser importados, no dizer radicalmente irônico de Lima Barreto. O riso, permeado de amargura, melancolia e impotência, denuncia o vácuo existente entre os discursos e as ações reformistas homogeneizantes e o contexto social multifacetado e díspare. O riso provocado pela ironia limiana busca desmontar o discurso unívoco e organizador das elites, ao mesmo tempo que



revela a inviabilidade de concretização de um projeto republicano de base democrática, cujas reformas tivessem como principal foco a conquista da cidadania por parte de todos os segmentos da população. Esse longo sonho de futuro não foi alcançado por Lima Barreto, durante a vigência da *Belle Époque* carioca, mas por ele continuamos lutando como tributo às gerações que nos precederam e por ele também lutaram.

## Referências

BARRETO, A. H. de Lima. *Os Bruzundangas* (sátira). In: BARBOSA, F. de Assis (org). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Ed. Brasiliense, vol. VII

\_\_\_\_\_. *Feiras e Mafuás*. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961b, vol. X

\_\_\_\_\_. *Diário íntimo*. Memórias. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961c, vol. XIV

\_\_\_\_\_. *Correspondência ativa e passiva*. 1o. tomo. Prefácio de Antonio Noronha Santos. 2a. ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1961d, vol. XVI

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003